

ENXUGANDO GELO? DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE INDICADORES DE IMPACTO PARA PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS COM FOCO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

VALÉRIA DE ARAÚJO LIMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

PATRÍCIA TRINDADE CALDAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

GILSON PEREIRA GUIMARÃES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

ANA CECÍLIA FEITOSA DE VASCONCELOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

Agradecimento à órgão de fomento:

Os autores agradecem ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo financiamento do projeto através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que resultou na elaboração deste trabalho.

ENXUGANDO GELO? DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE INDICADORES DE IMPACTO PARA PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS COM FOCO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

1 INTRODUÇÃO

Para que uma organização possa se manter ativa e viva, há a necessidade latente de controlar o desempenho dos seus recursos a fim de gerar melhor impacto à sociedade. Esse contexto abrange também as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) pertencentes ao Terceiro Setor que, além de controlar seus recursos, se preocupam diariamente na busca por fontes de financiamentos para execução de suas atividades.

Lopes (2021) define o Terceiro Setor como aquele que "[...] engloba as organizações sem fins lucrativos que, embora privadas, perseguem fins públicos" (p. 26). A partir dessa definição, compreende-se que tais organizações são guiadas por valores éticos e sociais, tendo como missão promover mudanças em realidades que marginalizam determinados grupos. O trabalho desenvolvido por essas instituições apresenta características específicas, demandando um modelo de gestão que contemple tanto aspectos burocráticos – como prestação de contas, métricas e planejamento – quanto a necessidade de manter-se alinhado à missão, aos valores e aos princípios que regem sua atuação.

Nos últimos anos, observa-se um movimento mais racionalizado na relação financiador/investidor/doador e OSCs, desafiando-as a melhorar seus procedimentos de prestação de contas e mecanismos de *accountability*. Conforme Bodem-Schrötgens e Becker (2020), os *stakeholders*, e os doadores em particular, passaram de uma atitude “confie em mim” para “mostre-me”, apresentando demandas mais altas de informações mais elaboradas sobre os programas, serviços e desempenho das OSCs. Assim, para que possam manter seus *stakeholders* interessados nas causas defendidas, exige-se formalização, profissionalização e adoção de ferramentas adaptadas da iniciativa privada para melhorar a prestação e gestão dos serviços sociais ofertados (Shirinashihama, 2019; Melo, 2020).

A fim de atender a essa exigência e demonstrar maior controle organizacional, tem-se a avaliação do desempenho das OSCs e de seus projetos sociais que pode ser efetivada por meio de indicadores de desempenho, capazes de possibilitar uma melhor leitura situacional, orientação estratégica e de gestão acerca de suas atividades. Tais indicadores esclarecem os resultados e os impactos proporcionados à sociedade, melhoram o reconhecimento de suas atividades, além de aumentar a confiança de *stakeholders* a partir da comprovação do alcance da missão social. Conforme Mitchell e Berlan (2016), as práticas de avaliação das OSCs podem ajudá-las, demonstrando o seu valor, aumentando a sua legitimidade e, em última instância, servindo melhor seus beneficiários.

Sabe-se que as organizações do Terceiro Setor possuem interesses, causas, missões e propósitos distintos e, por esse motivo, torna-se um desafio elaborar um sistema de indicadores que atenda às necessidades singulares de cada uma. Ou seja, há uma necessidade de personalização no sistema de indicadores desenvolvidos que permite identificar ou comprovar se os impactos gerados ou esperados, são atribuíveis ao projeto, programa ou política promovidos ou apoiados pela organização (Fabiani et al., 2018).

O ‘impacto’, no contexto das OSCs e de seus projetos sociais, deve ser traduzido como um conjunto de mudanças geradas pela intervenção realizada (Fabiani et al., 2018). É necessário que os indicadores sejam capazes de mensurar e traduzir a realidade complexa, mas serem de fácil entendimento e comunicação, auxiliando gestores na tomada de decisão (Ribeiro, 2023). Por envolverem aspectos subjetivos e de difícil mensuração, pois muitas vezes são difíceis de serem observados de forma direta. Assim, o desenvolvimento de sistemas de indicadores de avaliação de impacto se torna um desafio e ao mesmo tempo um gargalo a ser enfrentado para apoiar a gestão de organizações do Terceiro Setor.

O foco dessa pesquisa são organizações que atuam especificamente no segmento da educação e querem promover mudanças relacionadas à assistência social. Nesse caso, os projetos socioeducativos têm caráter mais redistributivo e com foco na justiça social, sendo preciso identificar indicadores que ajudem a gestão a entender como suas ações educacionais estão afetando e garantindo direitos sociais básicos, como àqueles relacionados à saúde, à alimentação e à moradia, por exemplo. Metodologicamente, opta-se por uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, via Revisão Sistemática da Literatura.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Indicadores de avaliação de impacto social

As dificuldades enfrentadas pelas organizações do Terceiro Setor na mensuração dos impactos de suas ações são amplamente discutidas na literatura acadêmica (Cunha et al., 2011; Lopes, 2021; Sousa e Maracajá, 2022). Paralelamente, observa-se um crescimento no número de estudos que promovem as avaliações de impacto como uma metodologia eficaz para a mensuração das transformações resultantes dos projetos desenvolvidos por essas organizações (Kvam, 2017; Fabiani, 2018). Mas, o que seriam esses impactos?

Fabiani et al. (2018) definem impacto no contexto de projetos sociais como o conjunto de mudanças produzidas pela intervenção, podendo ser intencionais e não intencionais, positivas e negativas, diretas e indiretas. Dessa forma, o impacto refere-se às transformações resultantes das ações e atividades executadas por projetos ou organizações do Terceiro Setor. Para que essas mudanças sejam mensuráveis na prática, recorre-se ao que se denomina ‘Avaliação de Impacto’ (Weiss, 1998; Rauschenberger e Kropf, 2019), que busca identificar e analisar os efeitos das intervenções em determinado contexto por meio de evidências concretas e mensuráveis. Embora existam outras formas de avaliação – como avaliação de necessidades e de processos – Fabiani et al. (2018) ressaltam que todas essas metodologias se complementam, promovendo o compartilhamento de informações e aprimoramento contínuo.

A avaliação de impacto social e a criação de indicadores para a mensuração da transformação gerada pelas organizações do Terceiro Setor se justifica tanto pela necessidade de prestação de contas como pela utilização de dados para a gestão e avaliação do desempenho organizacional (Sousa e Maracajá, 2022). Os indicadores em específico representam as ações e práticas mensuráveis da organização e, permitem a obtenção de informações qualitativas e quantitativas sobre os resultados das ações realizadas. A definição de indicadores frequentemente segue o critério SMART, um acrônimo em inglês que estabelece que os indicadores devem ser específicos (*Specific*), mensuráveis (*Measurable*), alcançáveis (*Achievable*), relevantes (*Relevant*) e delimitados no tempo (*Time-Bound*) (PNUD, 2009).

Um aspecto essencial na construção de indicadores eficazes para a avaliação de impacto social é a necessidade de contextualização e adaptação às especificidades de cada projeto ou organização. De acordo com Ebrahim e Rangan (2014), a escolha dos indicadores deve considerar a complexidade das mudanças sociais que se pretende medir, evitando abordagens reducionistas que simplifiquem excessivamente os processos de transformação. Além disso, a literatura destaca a importância de uma abordagem participativa na definição dos indicadores, envolvendo diferentes *stakeholders* – como beneficiários, financiadores e gestores – no processo de formulação e validação das métricas adotadas (Mulgan, 2010).

Dessa forma, a criação de indicadores não apenas reforça a transparência e a *accountability* das organizações do Terceiro Setor, mas também contribui para a construção de um conhecimento mais robusto sobre os impactos gerados, fortalecendo a legitimidade das ações implementadas e permitindo um aprimoramento contínuo das estratégias de intervenção.

2.2 Projetos socioeducacionais voltados para a proteção social

Esta pesquisa foca em indicadores voltados para avaliar o impacto de projetos socioeducativos em mudanças relacionadas à proteção social. Mas o que se compreende por proteção social? No Brasil, a Constituição Federal de 1988 define a seguridade social como um direito fundamental, abrangendo previdência, assistência social e saúde (BRASIL, 1988). Consiste em um conjunto de políticas e programas destinados a reduzir a vulnerabilidade econômica e social, prevenindo e mitigando riscos sociais e desempenhando um papel essencial na luta contra a exclusão social, uma vez que assegura mecanismos para prevenir a marginalização e garantir condições mínimas de bem-estar à população (ILO, 2017; Castel, 1995). Dessa forma, a proteção social não apenas contribui para a redução das desigualdades, mas também fortalece a coesão social e econômica.

Além disso, a proteção social tem um caráter preventivo e educativo, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e ao fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares, de modo a evitar situações de risco (Baccelli, 2021). Nesse sentido, as ações de proteção social não se limitam à assistência emergencial, mas buscam promover a autonomia dos sujeitos e sua integração social.

A demanda por serviços que contemplem essas necessidades é recorrente, uma vez que grupos marginalizados requerem espaços que proporcionem vínculos comunitários fortalecidos e continuados. Nesse contexto, além das iniciativas estatais, o Terceiro Setor desempenha um papel fundamental na efetivação de serviços voltados à garantia de direitos sociais. Sua atuação está diretamente comprometida com a promoção da cidadania, da saúde e da dignidade, sempre considerando as especificidades do público atendido e o contexto socioeconômico no qual está inserido (Baccelli, 2021).

3 METODOLOGIA

O presente estudo é classificado como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritivo. Sua condução baseou-se em uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), método escolhido por permitir a identificação de lacunas nos estudos existentes, a análise de recursos já desenvolvidos e a proposição de novos. Considerando o objetivo deste estudo, optou-se por uma RSL de meta-análise, pois busca-se realizar uma síntese a partir da análise dos artigos selecionados para chegar a um único denominador: os indicadores de impacto.

Para que a RSL siga um melhor rigor científico, adotou-se o protocolo PRISMA 2020 (Page et al., 2021) atrelado ao de Tranfield et al. (2003). O protocolo PRISMA visa garantir transparência, rigor e padronização, promovendo maior clareza e qualidade na apresentação de evidências científicas, favorecendo assim as pesquisas desenvolvidas com verificabilidade garantida (Page et al., 2021). Para complementar esse protocolo, recorre-se ao de Tranfield et al. (2003) que introduziu uma metodologia mais transparente, reproduzível e rigorosa para revisar literatura nessas áreas, onde tradicionalmente as revisões eram narrativas e, muitas vezes, subjetivas. Esse protocolo fornece um processo sistemático que inclui as etapas de Planejamento, Condução, e Relato do Processo. A seguir, detalharemos as fases do processo de RSL.

3.1 Fase I: Planejamento

Com o propósito de orientar as diversas etapas e critérios de investigação, assegurando precisão e clareza ao processo de revisão sistemática, foram estabelecidas três questões de pesquisa centrais: Quais dimensões e categorias teóricas são envolvidas na mensuração do impacto de projetos socioeducativos com fins assistencialistas? O que são indicadores de impacto social voltados para projetos socioeducativos com fins voltados para a assistência social? Quais potenciais indicadores podem representar o impacto da educação na perspectiva da proteção social? A partir desse direcionamento, traçou-se o planejamento da pesquisa e as próximas fases do protocolo.

3.2 Fase II: Condução da revisão

Nesta etapa, foi aplicado o protocolo PRISMA 2020 com o objetivo de refinar e selecionar os artigos que irão compor o corpus de análise desta Revisão Sistemática da Literatura (RSL). O PRISMA 2020 é amplamente reconhecido por sua eficácia na condução de revisões sistemáticas, oferecendo diretrizes claras para garantir transparência e reprodutibilidade no processo de seleção de estudos (Page et al., 2021).

Para tanto, optou-se pela utilização da base de dados Web of Science, reconhecida por sua abrangência e relevância em publicações científicas de alto impacto, sem delimitação temporal inicial. A estratégia de busca incluiu os seguintes termos: "INDICATOR*" AND "IMPACT" AND "EDUC*" AND ("SOCIAL PROTECTION" OR "SOCIAL JUSTICE" OR "SOCIAL RIGHT" OR "SOCIAL ASSISTANCE" OR "CITIZENSHIP"). Em seguida, procedeu-se à leitura dos resumos e, posteriormente, dos textos completos dos trabalhos identificados, a fim de avaliar sua relevância e selecionar aqueles que serão efetivamente analisados. A pesquisa inicial resultou em 92 documentos. O processo de filtragem iniciou-se com a seleção de artigos publicados em inglês, espanhol ou português, seguida da exclusão de estudos com acesso antecipado e daqueles que não se alinhavam ao objetivo da pesquisa. Após essa triagem, restaram 58 artigos.

Para análise de co-ocorrência de palavras e identificação de compatibilidade temática, utilizou-se o *software* VOSviewer, ferramenta amplamente empregada em revisões sistemáticas para mapeamento de redes de conhecimento (Van Eck & Waltman, 2010). Em seguida, a base de dados foi carregada no *software* CitNetExplorer, permitindo a leitura de títulos, resumos e palavras-chave, bem como o *download* dos artigos selecionados. Nessa fase, o texto completo de 1 artigo não foi localizado, restando 57 artigos para codificação no *software* ATLAS.ti, utilizado para identificar e categorizar potenciais indicadores de impacto.

Dos 57 artigos restantes, 5 foram rejeitados por apresentarem incompatibilidade de conteúdo com os objetivos da pesquisa. Os demais 52 artigos foram submetidos à leitura integral e análise detalhada, resultando na geração de 23 códigos temáticos e 827 potenciais indicadores de impacto. Os códigos foram estabelecidos considerando temáticas/áreas relacionadas com proteção social e socioeducação, foco principal desta pesquisa. A leitura aprofundada dos textos focou em potenciais indicadores, ou seja, citações/trechos que poderiam ser utilizados como parâmetro para mensuração dos impactos dos projetos sociais.

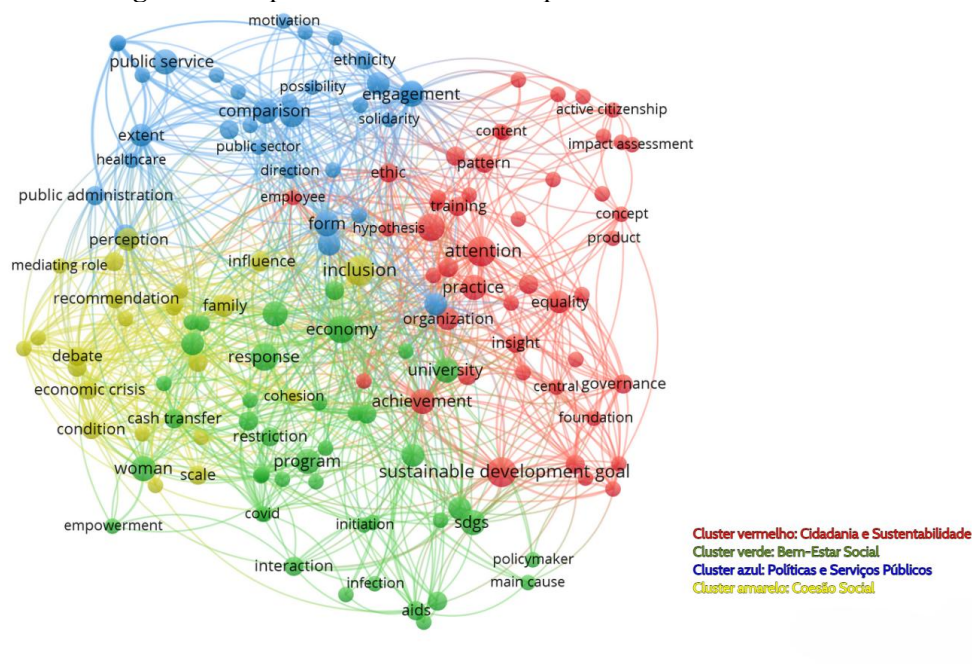
3.3 Fase III: Relatório da RSL

Nesta etapa, os achados da revisão são apresentados e organizados de forma sistemática, seguindo os princípios da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Os potenciais indicadores foram agrupados em uma planilha do Microsoft Excel, utilizando códigos e temas, em um processo que corresponde às etapas de codificação e categorização da análise de conteúdo e em seguida, foi realizado o refinamento dos indicadores. Esse processo permitiu a seleção das categorias e dimensões mais condizentes com o propósito da pesquisa, garantindo uma escolha mais adequada do conjunto de indicadores, alinhada à etapa de interpretação e inferência proposta por Bardin.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme mencionado na metodologia, a base de dados a ser analisada contempla 52 artigos que foram submetidos à análise no VOSviewer. Os mapas de co-ocorrência de palavras favorecem a análise a respeito da proximidade de autores e temas sobre um tópico geral, formando *clusters*, ou seja, grupos de palavras semelhantes (que estão interligadas). Abaixo, o mapa de co-ocorrência para os artigos analisados na pesquisa.

Figura 1: Mapa de co-ocorrência de palavras



Fonte: elaborada pela autora

A partir do mapa é possível perceber que os artigos selecionados possuem forte ligação entre as temáticas discutidas a respeito da Proteção Social. Os *clusters* formados foram: Cidadania e Sustentabilidade (vermelho), Bem-Estar Social (verde), Políticas e Serviços Públicos (azul) e Coesão Social (amarelo).

Os temas centrais obtidos no *cluster* vermelho apresentam uma linha de pesquisa focalizada na participação cidadã em políticas sustentáveis e no papel da governança na promoção da igualdade e justiça social. Já o *cluster* tem seu foco voltado para ações que promovem o bem-estar das populações vulneráveis em relação às crises sanitárias e econômicas. No que diz respeito ao *cluster* azul, nota-se o direcionamento para aspectos internos e operacionais do setor público, bem como sua eficiência para transmitir serviços públicos básicos para toda a sociedade. E no *cluster* amarelo, abrange temáticas voltadas a dinâmicas sociais e relações humanas que influenciam a coesão e estabilidade social.

Esses grupos de palavras foram o ponto de partida para definir as dimensões e categorias do sistema de indicadores a ser produzido que serão apresentadas no próximo tópico. É possível, no entanto, adiantar, que os temas são interdependentes, mas que podem ilustrar aspectos que influenciam projetos sociais com finalidades de assistência social.

4.1 Dimensões e Categorias do Sistema de Indicadores de Impacto

As dimensões em um sistema de indicadores de impacto desempenham um papel crucial de agrupar as categorias e respectivos indicadores por área temáticas/similaridade de interesse, para manter a organização lógica do sistema. A partir dos *clusters* formados, optou-se por criar três dimensões: Escolaridade para a Cidadania, Garantia de Direitos e Vulnerabilidade Socioeconômica. Essas dimensões estão relacionadas com os *clusters* vermelho, azul e verde, respectivamente. O *cluster* amarelo “Coesão Social” perpassa transversalmente os demais com uma temática abrangente e genérica, o que justifica a ausência de uma dimensão específica que atenda esse grupo. A seguir, apresenta-se um melhor detalhamento das dimensões e categorias definidas para esse sistema de indicadores.

4.1.1 Escolaridade para a Cidadania

Atrelando as temáticas do *cluster* vermelho “Cidadania e Sustentabilidade” com o *cluster* amarelo “Coesão Social”, definiu-se essa dimensão que relaciona-se com projetos de cunho socioeducativos e de assistência social e permite explorar o papel das iniciativas de proteção social, articuladas com a educação, na promoção da justiça social. Através de ações educacionais que buscam formar criticamente os indivíduos e oferecer acesso ao conhecimento, busca-se capacitá-los a refletirem sobre suas realidades, reconhecerem e reivindicarem seus direitos e atuarem de forma ativa e equitativa na sociedade. Nesta dimensão, elaborou-se quatro categorias centrais, apresentadas a seguir:

Na categoria *Desenvolvimento e Qualificação Educacional* apresenta-se potenciais indicadores que se relacionam à avaliação da formação educacional básica dos indivíduos (Heras & Ruiz-Mallén, 2017; Kyriacou & Oriol Roca-Sagalés, 2019). A categoria *Estrutura de Aprendizagem*, abrange indicadores que avaliam a qualidade e adequação do ambiente de aprendizagem a partir de aspectos relacionados à infraestrutura física das instituições, o acesso a materiais didáticos atualizados e a presença de práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas (Doering & Veletsianos, 2008; Mykhailenko et al., 2024).

A terceira categoria, *Formação para a cidadania*, apresenta exemplos de indicadores que avaliam as mudanças qualitativas no processo de formação técnica e sociopolítica dos beneficiários (Huckle, 2009; Kousar et al., 2023). Por fim, a categoria *Educação e Desenvolvimento Sustentável* busca compreender como ocorre a formação cidadã com foco no desenvolvimento sustentável. Os conteúdos e ações de cunho educativo são analisados, desde que articulem as dimensões ambiental, social e econômica da sustentabilidade (Huckle, 2009; Tessitore, 2022).

4.1.2 Garantia de Direitos

A segunda dimensão do sistema de indicadores surge a partir do *cluster* azul “Políticas e Serviços Públicos”. Essa dimensão está direcionada em analisar políticas, serviços e condições para que populações em situação de vulnerabilidade tenham pleno acesso aos direitos fundamentais: civis, políticos, sociais e ambientais. Conforme Caldas e Cavalcante (2025), os direitos e deveres permitem o fomento da cidadania nos quatro âmbitos: no civil, possibilita a vida em sociedade; no político, promove a participação das pessoas no governo; no social, garantem a justiça social e; no ambiental, promovem o desenvolvimento sustentável a partir da proteção do meio ambiente.

Na categoria *Direitos Civis*, busca-se garantir a cidadania formal e proteção da liberdade individual. Atrelado ao cunho educativo, vê-se a compreender qual o nível de conhecimento da população sobre seus próprios direitos (Colmenarejo, 2016; Mykhailenko et al., 2024). A categoria *Direitos Políticos*, observa o quão envolvida está a população em práticas de representação e participação democrática, a partir da taxa de participação eleitoral e participação em movimentos sociais ou organizações políticas (Huckle, 2009; Persson & Oscarsson, 2010).

A terceira categoria, *Direitos Sociais* relaciona-se ao *cluster* amarelo “Coesão Social” e apresenta potenciais indicadores para avaliar o acesso a serviços básicos e políticas públicas fundamentais (Carrincazeaux & Gaschet, 2014; Huang et al., 2017; Nichols, 2020; Navickienė et al., 2023; Konadu et al., 2024; Mykhailenko et al., 2024). Já a categoria *Direitos Ambientais* visa avaliar o grau de acesso e proteção a condições ambientais adequadas, especialmente para comunidades marginalizadas (Bădîrcea et al., 2022; Tessitore, 2022).

4.1.3 Vulnerabilidade Socioeconômica

A dimensão Vulnerabilidade Socioeconômica é proveniente do *cluster* verde “Bem-Estar Social” e tem como objetivo analisar desigualdades estruturais que afetam populações em condição de risco social e econômico, a partir de indicadores que refletem suas condições de vida e bem-estar. Para tal, elaborou-se quatro categorias relacionadas às palavras-chaves destacadas no mapa de co-ocorrência: Saúde e Segurança Alimentar, Renda, Infraestrutura Doméstica e Qualidade de Vida.

A primeira categoria, *Saúde e Segurança Alimentar*, apresenta potenciais indicadores que permitem avaliar a disponibilidade e o acesso a alimentos, bem como o estado nutricional e de saúde da população de projetos voltados à proteção social no Terceiro Setor (Colmenarejo, 2016; Huang et al., 2017; Maringe & Chiramba, 2022). A partir dos indicadores da categoria *Renda* pode-se analisar se os projetos voltados à geração de renda e inclusão econômica estão surtindo o impacto esperado (Colmenarejo, 2016; Huang et al., 2017; Ryazantsev et al., 2020). Pensou-se também na categoria *Infraestrutura Doméstica* que se refere às condições materiais básicas de moradia e acesso a serviços essenciais. Esses dados permitiram compreender como vivem os beneficiários dos projetos e quais suas necessidades individuais que podem servir de ideias para ações nas organizações de Terceiro Setor que foram em proteção social (Schuijjer et al., 2017; Rogge & Self, 2018; Pavel et al., 2020).

Por fim, a categoria *Qualidade de Vida* que apresenta potenciais indicadores para uma visão mais ampla e subjetiva do bem-estar. Trazendo a influência das temáticas abordadas no *cluster* amarelo “Bem-Estar Social”, esta categoria segue a linha de análise da anterior ao fornecer dados sobre a vida pessoal dos beneficiários dos projetos, além de uma apresentação de possíveis avanços individuais (Navickienė et al., 2023; Konadu et al., 2024; Mykhailenko et al., 2024).

Quadro 1: Dimensões e Categorias para Sistema de Indicadores de Impacto

Dimensão	Categorias	Autores
Escolaridade para a cidadania	Desenvolvimento e Qualificação Educacional	Heras e Ruiz-Mallén, (2017); Kyriacou e Oriol Roca-Sagalés (2019)
	Estrutura de Aprendizagem	Doering e Veletsianos, (2008); Mykhailenko et al. (2024)
	Formação para a cidadania	Huckle (2009); Kousar et al. (2023)
	Educação e Desenvolvimento Sustentável	Huckle (2009); Tessitore (2022)
Garantia de Direitos	Direitos Ambientais	Bădîrcea et al., (2022); Tessitore (2022)
	Direitos Civis	Colmenarejo (2016); Mykhailenko et al., (2024)
	Direitos Políticos	Huckle (2009); Persson e Oscarsson (2010)
	Direitos Sociais	Carrincazeaux e Gaschet (2014); Huang et al. (2017); Nichols (2020); Navickienė et al. (2023); Konadu et al. (2024); Mykhailenko et al. (2024)
Vulnerabilidade Socioeconômica	Saúde e Segurança Alimentar	Colmenarejo (2016); Huang et al. (2017); Maringe e Chiramba, (2022)
	Renda	Colmenarejo (2016); Huang et al. (2017); Ryazantsev et al. (2020)
	Infraestrutura doméstica	Schuijjer et al. (2017); Rogge e Self (2018); Pavel et al. (2020);
	Qualidade de vida	Navickienė et al. (2023); Konadu et al. (2024); Mykhailenko et al. (2024)

Fonte: elaborada pela autora

4.2 Indicadores de Impacto para Proteção Social

A leitura dos artigos selecionados no banco de dados permitiu a sistematização de três principais dimensões e doze categorias identificadas para a temática de Proteção Social e os possíveis indicadores observados. A partir da leitura na íntegra dos artigos, identificou-se 52 potenciais indicadores que foram analisados, agrupados, classificados nas dimensões e categorias e filtrados. Essa etapa demandou um esforço conjunto para escolher os indicadores mais potenciais, reais, mensuráveis e observáveis possíveis, que tornassem sua operacionalização da sua mensuração viável.

Quadro 2: Sistematização de potenciais indicadores para Proteção Social

Dimensão	Categorias	Exemplos de Indicadores	Autores
1. Escolaridade para a cidadania	1.1 Desenvolvimento e Qualificação Educacional	1.1.1 Quantidade de beneficiários com ensino médio completo; 1.1.2 Taxa de redução de analfabetismo em comunidades atendidas	Heras e Ruiz-Mallén, (2017); Kyriacou e Oriol Roca-Sagalés (2019)
	1.2 Estrutura de Aprendizagem	1.2.1 Disponibilidade de infraestrutura física adequada; 1.2.2 Percentual de alunos com acesso a materiais didáticos atualizados; 1.2.3 Taxa de adoção de metodologias pedagógicas inovadoras	Doering e Veletsianos, (2008); Mykhailenko et al. (2024)
	1.3 Formação para a cidadania	1.3.1 Número de cursos ofertados sobre direitos e responsabilidades cívicas; 1.3.2 Taxa de engajamento em atividades de liderança comunitária; 1.3.3 Proporção de beneficiários envolvidos em projetos de impacto comunitário 1.3.4 Taxa de conclusão de cursos voltados para formação cidadã	Huckle (2009); Kousar et al. (2023)
	1.4 Educação e Desenvolvimento Sustentável	1.4.1 Quantidade de cursos voltados para sustentabilidade implementados; 1.4.2 Nível de engajamento dos participantes em práticas de desenvolvimento sustentável; 1.4.3 Proporção de beneficiários treinados em gestão ambiental; 1.4.4 Número de ações promovendo a economia circular 1.4.5 Número de projetos educacionais que incorporam práticas sustentáveis	Huckle (2009); Tessitore (2022)
2. Garantia de Direitos	2.1 Direitos Cívicos	2.1.1 Nível de Liberdade de pensamento e expressão dos beneficiários dos projetos; 2.1.2 Nível de Acesso à documentação civil (RG, CPF, certidão de nascimento) dos participantes;	Colmenarejo (2016); Mykhailenko et al., (2024)

		2.1.3 Índice de conscientização e educação sobre direitos civis	
	2.2 Direitos Políticos	2.2.1 Taxa de participação eleitoral dos participantes; 2.2.2 Taxa de participação em movimentos sociais e associações políticas	Huckle (2009); Persson e Oscarsson (2010)
	2.3 Direitos Sociais	2.3.1 Acesso à serviços básicos (saúde, segurança, educação, etc.); 2.3.2 Inclusão no mercado de trabalho digno; 2.3.3 Acesso às políticas de segurança social; 2.3.4 Acesso à educação formal	Carrincazeaux e Gaschet (2014); Huang et al. (2017); Nichols (2020); Navickienė et al. (2023); Konadu et al. (2024); Mykhailenko et al. (2024)
	2.4 Direitos Ambientais	2.4.1 Proporção de moradias em áreas de risco ambiental; 2.4.2 Acesso a serviços de saneamento básico em áreas de baixa renda; 2.4.3 Índice de vulnerabilidade a desastres naturais; 2.4.4 Taxa de mortalidade ou doenças relacionadas ao meio ambiente	Bădîrcea et al., (2022); Tessitore (2022)
3. Vulnerabilidade Socioeconômica	3.1 Saúde e Segurança Alimentar	3.1.1 Índice de Disponibilidade de Alimentos; 3.1.2 Taxa de desnutrição dos beneficiários e familiares; 3.1.3 Taxa de obesidade dos beneficiários e familiares; 3.1.4 Taxa de Mortalidade Infantil no contexto familiar dos beneficiários; 3.1.5 Expectativa de Vida dos beneficiários; 3.1.6 Prevalência de Doenças Relacionadas à Nutrição; 3.1.7 Taxa de segurança alimentar	Colmenarejo (2016); Huang et al. (2017); Maringe e Chiramba, (2022)
	3.2 Renda	3.2.1 Proporção de beneficiários com aumento de renda após intervenção; 3.2.2 Índice de redução da desigualdade de renda nas comunidades;	Colmenarejo (2016); Huang et al. (2017); Ryazantsev et al. (2020)

		3.2.3 Taxa de inclusão financeira entre beneficiários; 3.2.4 Número de famílias que saíram da linha de pobreza	
	3.3 Infraestrutura doméstica	3.3.1 Taxa de pessoas por habitação; 3.3.2 Acesso à Água Potável; 3.3.3 Acesso ao Saneamento Básico; 3.3.4 Acesso à Eletricidade; 3.3.5 Conectividade Digital (Acesso à Internet); 3.3.6 Proximidade de Infraestrutura de Transporte 3.3.7 Acesso à moradia digna	Schuijjer et al. (2017); Rogge e Self (2018); Pavel et al. (2020);
	3.4 Qualidade de vida	3.4.1 Expectativa de Vida; 3.4.2 Prevalência de Doenças Crônicas e Relacionadas ao Clima; 3.4.3 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios atendidos pelos projetos; 3.4.4 Índice de Qualidade do Ar dos municípios atendidos pelos projetos; 3.4.5 Acesso a Áreas Verdes; 3.4.6 Índice de Felicidade Bruta	Navickienė et al. (2023); Konadu et al. (2024); Mykhailenko et al. (2024)

Fonte: Elaborado pela autora

As políticas de proteção social orientadas pela justiça social ressaltam a importância de intervenções que articulem equidade e sustentabilidade. Segundo Robeyns (2023), a justiça social não pode ser dissociada da ampliação das liberdades individuais, sendo essencial garantir condições que possibilitem o exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, as dimensões analisadas demonstram que a garantia de direitos, a promoção da cidadania e a redução da vulnerabilidade socioeconômica são elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A avaliação dessas dimensões, por meio de indicadores diversificados, permite não apenas aferir os impactos das iniciativas das OSCs no atendimento às necessidades básicas das populações beneficiadas, mas também compreender seu papel na ampliação da capacidade de participação ativa e emancipatória dos indivíduos na sociedade (Hargreaves et al, 2024). Para organizações do Terceiro Setor engajadas em projetos socioeducativos, essa análise crítica é imprescindível, pois possibilita a identificação de lacunas e a otimização das ações, ajustando estratégias conforme as particularidades dos territórios atendidos.

Como resultado final da RSL, o sistema ficou composto de 03 dimensões, 12 categorias e 51 indicadores. O sistema de indicadores de impacto proposto oferece contribuições essenciais para projetos do Terceiro Setor voltados à socioeducação e proteção social, ao fornecer uma estrutura clara e mensurável para avaliar e monitorar os resultados dessas iniciativas. Ele fortalece a educação e a cidadania, promovendo o desenvolvimento educacional e a formação cidadã, conforme destacado por Budd (2008) e Singh e Gupta (2017), ao mensurar indicadores como a taxa de conclusão de cursos e o engajamento em ações de fins públicos.

Por fim, o sistema promove transparência e prestação de contas, permitindo que as organizações demonstrem seus resultados de forma clara, além de orientar a melhoria contínua das práticas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. É válido salientar que o sistema de indicadores de impacto exposto ainda precisa passar por validações qualitativas e quantitativas, podendo sofrer ajustes quando confrontados com realidades e contextos específicos de cada OSCs.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo propor um sistema de indicadores de avaliação de impacto para projetos sociais que focam na proteção e assistência social. A partir de uma RSL e aplicação do protocolo PRISMA, desenvolveu-se a metodologia do trabalho que garantiu a legitimidade da pesquisa e do seu intuito. Além disso, buscou-se compreender o segmento socioeducacional com foco em proteção e assistência social do Terceiro Setor; mapear na literatura os indicadores de avaliação de impacto potenciais; classificar os indicadores de avaliação de impacto mapeados em dimensões da proteção e assistência social e desenvolver um framework teórico que ilustra um sistema de indicadores de impacto adequado para projetos sociais que focam proteção e assistência social.

Notoriamente, a partir das discussões realizadas e resultados encontrados, percebe-se a importância de um sistema de indicadores que esteja adaptado às especificidades do Terceiro Setor, contribuindo para a transparência e a eficácia das iniciativas. O sistema final, fruto da pesquisa, apresenta indicadores generalizados baseados em características comuns às organizações que atuam dentro da perspectiva de proteção social que podem (e devem) ser modificados a fim de atender às especificações de cada organização e dos seus projetos desenvolvidos.

Para pesquisas futuras, sugere-se realizar uma pesquisa de campo com organizações pré-selecionadas a fim de avaliar a efetividade prática dos indicadores. A partir dessa aplicabilidade será possível revisar o sistema para que ele consiga atender necessidades específicas. Ademais, considera-se que um olhar mais técnico e menos teórico possa contribuir na relevância do estudo e na expansão dos conhecimentos sobre indicadores de impacto e seus benefícios.

Em síntese, este estudo contribui para o avanço da literatura sobre avaliação de impacto no Terceiro Setor, ao fornecer subsídios práticos que auxiliam na melhoria da gestão e na ampliação da eficácia das ações desenvolvidas por organizações. A aplicação do sistema de indicadores proposto tem o potencial de fortalecer a capacidade das instituições em mensurar, monitorar e comunicar seus resultados de forma transparente e estruturada. Dessa forma, promove-se não apenas a otimização dos processos internos, mas também a geração de impactos sociais mais efetivos e alinhados aos princípios de sustentabilidade, contribuindo para a construção de transformações sociais duradouras e significativas.

REFERÊNCIAS

BACCELLI, M. S. O Terceiro Setor e sua contribuição para a garantia de direitos sociais: relato de experiência. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, v. 5 n. 10, 2021.

BĂDÎRCEA, R. M. et al. Linking the government expenditures to the achievement of the Europe 2020 strategy indicators: evidence from central and eastern european countries. **Technological and Economic Development of Economy**, v. 28, n. 3, p. 694–715, 2022. <https://doi.org/10.3846/tede.2022.16526>.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BODEM-SCHRÖTGENS, J., BECKER, A. Você gosta do que vê? Como campanhas sem fins lucrativos com indicadores de produção, resultado e eficácia de impacto influenciam comportamento beneficente. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, 49 (2), 316-335, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BUDD, J. M. La alfabetización en información y la ciudadanía. **El profesional de la información**, v. 17, n. 2, p. 117-118, 2008.

CALDAS, P. T.; CAVALCANTE, C. E. “Pequenas ações, grandes resultados”: relações entre voluntariado e cidadania. **Cadernos Metrôpole**, v. 27, n. 63, ago. 2025.

CARRINCAZEAUX, C.; GASCHET, F. Regional Innovation Systems and Economic Performance: Between Regions and Nations. **European Planning Studies**, v. 23, n. 2, p. 262–291, 2014. <https://doi.org/10.1080/09654313.2013.861809>.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1995.

COLMENAREJO, R. Enfoque de capacidades y sostenibilidad: Aportaciones de Amartya Sen y Martha Nussbaum. **Ideas Y Valores**, v. 65, n. 160, p. 121–149, 2016. <https://doi.org/10.15446/ideasyvalores.v65n160.43084>.

CUNHA, L. T.; JÚNIOR, E. P. de A; CABRAL, A. C. de A; PESSOA, M. N. M; SANTOS, S. M. Configuração da Estrutura Organizacional no Terceiro Setor: o Caso EDISCA. **REGE**, São Paulo – SP, Brasil, v. 18, n. 3, p. 385-407, jul./set. 2011

DOERING, A.; VELETSIANOS, G. What lies beyond effectiveness and efficiency? Adventure learning design. **The Internet and Higher Education**, v. 11, n. 3-4, p. 137-144, 2008.

EBRAHIM, A.; RANGAN, V. K. What impact? A framework for measuring the scale and scope of social performance. **California Management Review**, v. 56, n. 3, p. 118-141, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/cmr.2014.56.3.118>. Acesso em 08 mar 2025.

FABIANI, P.; REBEHY, S.; VICENTE, F. J.; MOSANER, M. **Avaliação de Impacto Social: Metodologias e Reflexões**. 2018. Disponível em: <https://www.idis.org.br>. Acesso em 22 jan 2025.

HARGREAVES, E.; BUCHANAN, D.; QUICK, L. Social Justice as Parity of Participation: Fraser's Theory. In: HARGREAVES, E.; BUCHANAN, D.; QUICK, L. (Org.). **Children's Life-Histories in Primary Schools**. Cham: Palgrave, 2024. cap. 3, p. 25–38. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-69445-5_3. Acesso em: 07 jul 2025.

HERAS, M., & RUIZ-MALLÉN, I. Responsible research and innovation indicators for science education assessment: how to measure the impact? **International Journal of Science Education**, 39(18), 2482–2507, 2017. <https://doi.org/10.1080/09500693.2017.1392643>

HUANG, X. et al. Assessment of livelihood vulnerability of land-lost farmers in urban fringes: A case study of Xi'an, China. **Habitat International**, v. 59, p. 1–9, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2016.11.001>.

HUCKLE, J. Consulting the UK ESD community on an ESD indicator to recommend to Government: an insight into the micro-politics of ESD. **Environmental Education Research**, v. 15, n. 1, p. 1–15, 2009. <https://doi.org/10.1080/13504620802578509>.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World Social Protection Report 2017-19: Universal social protection to achieve the Sustainable Development Goals**. Geneva: ILO, 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_604882/lang--en/index.htm. Acesso em 10 mar. 2025.

KONADU, K. et al. An empirical investigation into how employee integrity shapes work performance in the public sector. **International Journal of Ethics and Systems**, 2024. <https://doi.org/10.1108/ijoes-12-2023-0285>.

KOUSAR, S., AHMED, F., AFZAL, M., & SEGOVIA, J. E. T. Is government spending in the education and health sector necessary for human capital development? **Humanities and Social Sciences Communications**, 10(1), 1–11, 2023. <https://doi.org/10.1057/s41599-023-01514-3>

KVAM, R. **Avaliação de Impacto Social: como integrar questões sociais a projetos de desenvolvimento**. Monografia do BID. Catalogação na fonte fornecida pela Biblioteca Felipe Herrera do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Brasília: 2017.

KYRIACOU, A. P., & ORIOL ROCA-SAGALÉS. Local Decentralization and the Quality of Public Services in Europe. **Social Indicators Research**, 145(2), 755–776, 2019. <https://doi.org/10.1007/s11205-019-02113-z>

LOPES, R. L. B. Gestão de ONGs. In: PARADELA, Victor Cláudio. LOPES, Renato Luís Barros. DORO, Ana Paula Gonçalves (org.). **Gestão de Pessoas em ONGs**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021.

MELO, M. F. de. Aspectos preliminares da profissionalização de ONGs: contextos, práticas e atores. **O público e o privado**, v. 18, n. 36 mai/ago. 2020.

MARINGE, F.; CHIRAMBA, O. Disruptions in higher education: Mitigating issues of access and success in the COVID-19 pandemic. **South African Journal of Higher Education**, v. 36, n. 4, p. 6–20, 2022. <https://doi.org/10.20853/36-4-5382>.

MITCHELL, G. E., BERLAN, D. Evaluation and evaluative rigor in the nonprofit sector. **Nonprofit Management & Leadership**, 27, 237-250. 2016. doi:10.1002/nml.21236

MULGAN, G. Measuring social value. **Stanford Social Innovation Review**, v. 8, n. 3, p. 38-43, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.48558/D3M5-7B84>. Acesso em 08 mar 2025.

MYKHAILENKO, D., HAVRYLCHENKO, O., BEZKOROVAINA, L., GLIEBOVA, N., & KOVALOVA, V. K. Progress in the Field of Sustainable Development as a Result of Implementing the Potential of Social Cohesion: Regional Context. **Problemy Ekorożwoju**, 19(1), 201–212, 2024. <https://doi.org/10.35784/preko.5534>

NAVICKIENĖ, O. et al. Modernisation of a Country in the Context of Social Environmental Sustainability: Example of Lithuania. **Sustainability**, v. 15, n. 4, p. 3689, 2023. <https://doi.org/10.3390/su15043689>.

NICHOLS, C. Nutrition sensitive agriculture: An equity-based analysis from India. **World Development**, v. 133, 105004, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105004>.

ORTIZ, C. C.; CONTRERAS, F. G.; PAREJO, A. G. Responsabilidad Social Corporativa: teoría y práctica. **Revista Española de Dirección y Economía de la Empresa**, v. 25, n. 2, p. 11-19, 2016.

PAGE, M. J, MCKENZIE, J. E., BOSSUYT, P. M., ... Moher, D. **The PRISMA 2020 statement: an update guideline for reporting systematic reviews**. *Systematic Reviews*, 10 (89), 2021. <https://doi.org/10.1186/s13643-021-01626-4>

PAVEL, A. et al. Urban or Rural: Does It Make A Difference for Economic Resilience? A Modelling Study on Economic and Cultural Geography in Romania. **Sustainability**, v. 12, n. 9, p. 3776, 2020. <https://doi.org/10.3390/su12093776>.

PERSSON, M.; OSCARSSON, H. Did the Egalitarian Reforms of the Swedish Educational System Equalise Levels of Democratic Citizenship? **Scandinavian Political Studies**, v. 33, n. 2, p. 135–163, jun. 2010.

PNUD. **Handbook on planning, monitoring and evaluating for development results**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Estados Unidos, 2009. Disponível em: <http://web.undp.org/evaluation/handbook/documents/english/pme-handbook.pdf> Acesso em 08 jul 2025.

RAUSCHENBERGER, R.; KROPF, S. P. **Avaliação de impacto de políticas públicas: teorias, métodos e aplicações**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

RIBEIRO, A. **Indicadores de Desempenho na Administração Pública: A utilização do Balanced Scorecard no Setor Público**. *Revista Multifaces*. 5. 10.29327/2169333.5.1-8, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/368856223_INDICADORES_DE_DESEMPENHO_NA_ADMINISTRACAO_PUBLICA_A_UTILIZACAO_DO_BALANCED_SCORECARD_NO_SETOR_PUBLICO. Acesso em 21 abr 2025.

ROBEYNS, I. **Wellbeing, Freedom and Justice: The Capability Approach Re-Examined**. Oxford: Oxford University Press, 2023.

ROGGE, N.; SELF, R. Measuring regional social inclusion performances in the EU: Looking for unity in diversity. **Journal of European Social Policy**, v. 29, n. 3, p. 325–344, 2018. <https://doi.org/10.1177/0958928718792135>.

RYAZANTSEV, S. V. et al. Russian–Chinese Academic Mobility As Competitive Partnership. **Herald of the Russian Academy of Sciences**, v. 90, n. 1, p. 15–24, 2020. <https://doi.org/10.1134/s1019331620010128>.

SCHUIJER, J. W. et al. Transcranial Electrical Stimulation to Enhance Cognitive Performance of Healthy Minors: A Complex Governance Challenge. **Frontiers in Human Neuroscience**, v. 11, 2017. <https://doi.org/10.3389/fnhum.2017.00142>.

SHIRINASHIHAMA, Y. The positive and negative consequences of “managerialization”: evidence from Japanese nonprofit elderly care service providers. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 48, n. 2, p. 309–333, 2019. <https://doi.org/10.1177/0899764018797466>

SINGH, A.; GUPTA, K. Education for sustainable development: A critical review. **Journal of Environmental Education**, v. 48, n. 4, p. 243–253, 2017.

SNYDER, H. **Literature review as a research methodology: An overview and guidelines**. *Journal of Business Research*, v. 104, p. 333–339, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>. Acesso em 04 mar 2025.

SOUSA, R. R.; MARACAJÁ, K. F. B. Teoria da Mudança e Avaliação de Impacto Social: um estudo de caso em uma empresa de Maceió – Al. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 12, e579111235123, 2022.

SOUZA, R. et al. Sustainable development and local communities: A case study in Brazil. **Sustainability**, v. 13, n. 5, p. 1–15, 2021.

TESSITORE, M. The prospect of education for sustainable development ameliorating specific abiotic factors in the environment: A Finnish case study. **Environmental Education Research**, p. 1–18, 2022. <https://doi.org/10.1080/13504622.2022.2114430>.

TRANFIELD, D., DENYER, D., & SMART, P. **Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review**. *British Journal of Management*, 14, 207–222, 2003. <https://doi.org/10.1111/1467-8551.00375>

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. **Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping**. *Scientometrics*, v. 84, n. 2, p. 523–538, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3>. Acesso em 04 mar 2025.

WEISS, C. H. Avaliação de impactos e políticas públicas: como conhecer os efeitos das intervenções governamentais. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 3, n. 1, p. 9–28, 1998.